



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

**Acta da Reunião Ordinária da  
Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR)**

Aos treze dias do mês de Novembro de dois mil e sete, pelas dez horas, reuniu, em Assembleia Ordinária, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, adiante designada por CICDR, nas instalações do Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, sitas na Rua Álvaro Coutinho nº14, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1) Aprovação da Acta da Reunião de 09.07.2007
- 2) Atribuição do prémio do concurso “A minha Escola na luta contra a Discriminação Racial”;
- 3) Ponto de situação sobre processos de contra-ordenação;
- 4) Outros assuntos de interesse relevante;
- 5) Marcação da próxima reunião.

Presidiu à reunião o Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, Dr. Rui Marques, que, nos termos da lei, é o Presidente da CICDR. Também esteve presente o Consultor Jurídico do Gabinete do Alto-Comissário, Dr. Duarte Miranda Mendes e o Adjunto do seu Gabinete, o Dr. Luis Pascoal.

O **Presidente da CICDR** verificou que se encontravam presentes os seguintes Conselheiros: Maria Celeste Lopes da Silva Correia, Jesuína Ribeiro, Jorge Silva, José Falcão, João Silva, Aida Morais em representação da UGT, Teresa Tito de Morais Mendes, Maria Cidália Figueiredo e Macaísta Malheiros, tendo faltado os Conselheiros Feliciano José Barreiras Duarte, Raquel Pereira, Y Ping Show, Carlos Trindade, Luzia de Carvalho, Sofia Baião Horta, Carlos Miguel e Manuel Correia.

Verificando a presença do quórum necessário, o **Presidente da CICDR** começou por saudar e agradecer a presença de todos, dando início aos trabalhos.

O Presidente da CICDR agradeceu a intervenção do Provedor de Justiça e deu início à introdução do **ponto 1 da Ordem dos Trabalhos**, relativo à apreciação e aprovação do projecto de acta da reunião de 9 de Julho de 2007, oportunamente enviada aos Conselheiros, tendo esta sido aprovada por unanimidade dos presentes.

Entrando no **ponto 2 da Ordem dos Trabalhos**, o Dr. Luis Pascoal fez o ponto de situação das candidaturas ao concurso “*A minha Escola na Luta contra a Discriminação Racial*”, promovido pela CICDR e o Ministério da Educação, em parceria com a CICDR, no âmbito do Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades, mais concretamente do trabalho da comissão técnica, constituída por representantes da Ministério da Educação e um representante do ACIDI, que avaliou os projectos de intervenção com base nos relatórios apresentados pelos concorrentes. Num âmbito de 110 candidaturas das escolas, foram recebidos 50 relatórios que a referida Comissão avaliou referente a um universo de 6 000 alunos declarados. Deste modo, foi distribuído pelos Conselheiros um documento com a identificação dos projectos seleccionados para efeitos de avaliação e votação dos vencedores por



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

categoria e, eventualmente, de menções honrosas, tendo sido votado, por unanimidade, os seguintes vencedores por referência às 3 categorias:

Categoria 1 - 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino básico – Vencedor: Agrupamento de Escolas de Lamações de Braga – “*Juntos na e pela diferença*”.

Categoria 2 - 7º, 8º e 9º - Vencedor: Externato das Escravas do Sagrado Coração de Jesus de Lisboa – “*As minhas mãos são as tuas mãos*”.

Categoria 3 - 10º, 11º e 12º - Vencedor: Escola Secundária da Portela de Loures – “*Múltiplos modos do mesmo*”.

Foram ainda aprovada, por unanimidade, a atribuição das seguintes menções honrosas:

- Escola Básica 2,3/S Mestre Martins Correia da Golegã – *A diferença está na tua mão*
- Escola Secundária da Amadora - *Eu, tu, nós por cá todos bem*

Dando entrada ao ponto **3 da ordem dos trabalhos** o Dr. Duarte Miranda Mendes fez uma breve exposição sobre o ponto de situação das queixas e dos processos de contra-ordenação pela prática de actos discriminatórios conforme documentação distribuída pelos Conselheiros presentes. O Conselheiro José Falcão deu conta de várias situações discriminatórias entre as quais a sua preocupação com a denúncia da associação Khapaz contra a PSP e dos termos de responsabilidade que a GNR do distrito de Beja exigia à comunidade cigana quando esta pretendia realizar casamentos ou baptizados, o Provedor de Justiça interveio no sentido de as considerar ilegais. Também o Conselheiro João Silva levantou uma questão referente a uma queixa - já apresentada ao ACIDI e pendente no IGAI e no Ministério Público - relativa às agressões físicas e morais motivadas no ódio racial contra uma menor guineense e a sua Mãe. Foi ainda lançada a questão da problemática da insistência junto das vítimas para apresentação de queixa, tendo o Conselheiro José Falcão considerado que se deverá sempre insistir nas apresentações das queixas, por contraposição à Conselheira Cidália Figueiredo que entendeu que a vítima não deve ser coagida à respectiva apresentação, devendo ser soberana nessa matéria. Por sua vez, o Conselheiro Macaísta Malheiros considerou que a queixa por telefone não deveria ser admitida por ser muito inconsistente, sendo que, a formalização da queixa nem era necessária, bastaria a existência de indícios para que o processo fosse instaurado. O Presidente da CICDR considerou que o importante é tornar claro à vítima os recursos que tem, salientou ainda que a política do ACIDI tem sido a de nunca avançar com o procedimento contra a vontade da vítima, pois o essencial consistia no princípio da protecção da vítima e do respeito pelo seu livre arbítrio.

Dando entrada ao ponto **4 da ordem dos trabalhos**, o Dr. Luis Pascoal, responsável pelo Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas do ACIDI, fez uma breve exposição sobre o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nestas matérias, tendo a Conselheira Jesuína Ribeiro elogiado o site Ciga-nos e informado que a Direcção-Geral de Desenvolvimento Curricular, tem uma publicação relevante sobre a comunidade cigana. O Presidente da CICDR salientou que, apesar de haver muito trabalho por fazer, houve avanços na integração desta comunidade, estando neste momento 3 pessoas a tempo inteiro a trabalhar apenas nesta temática.

O Conselheiro Macaísta Malheiros levantou uma questão relativa à educação e à disciplina de formação cívica ministrada pelas Directoras de Turma, que é uma cadeira transversal e que deveria incluir matérias de discriminação de integração da imigração, nesse sentido, dever-se-ia contactar o Fórum para a Cidadania no sentido de chamar a atenção para esta questão. A Conselheira Jesuína Ribeiro



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

referiu que a introdução dessas matérias não seria apenas na área curricular não disciplinar de formação cívica mas transversal ao próprio currículo. Porém, existe, por parte do Ministério da Educação, apenas orientações gerais ficando à responsabilidade das escolas a opção das matérias a leccionar. O presidente da CICDR entendeu que se deveria fazer chegar uma proposta concreta ao Fórum para a Cidadania. O Conselheiro também referiu que se deveria ter uma intervenção na escola das polícias, uma vez que, aproximadamente, 1/3 dos problemas desta natureza ocorrem com as forças de segurança. O Conselheiro Manuel Correia levantou uma questão com um cidadão imigrante São Tomense que ficou de encaminhar para o Gabinete de Apoio Social do CNAI.

Entrando no ponto **5 da Ordem dos Trabalhos**, foi proposto e aprovado, por unanimidade, que a próxima reunião fosse agendada para o próximo dia 11 de Fevereiro de 2007, pelas 09:30.

O Senhor Presidente da CICDR agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos pelo 11:15.

Lisboa, 10 de Março de 2008

A Presidente da CICDR em exercício de funções à data da aprovação da acta

(Rosário Farmhouse)